

POLÍTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Por Ricardo Ossagô de Carvalho*

A língua portuguesa conta com mais de 200 milhões de falantes nativos - são 190.732.694 pessoas na América Latina, 16 milhões na África, 12 milhões na Europa, 2 milhões na América do Norte e 330 mil na Ásia - e é o terceiro idioma mais falado no Ocidente. Sete países, além do Brasil, têm a língua portuguesa como idioma oficial, a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2005). Em 17 de julho de 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o intuito de consolidar a realidade cultural que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, promover a consolidação político-diplomática e estimular a cooperação, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos comunitários.

Todos os países africanos de língua oficial portuguesa (Palop) são nações cujas economias e modelos de desenvolvimento integrado dependem da ajuda pública internacional. Portugal, como país colonizador, assumiu um papel importante como fio condutor perante a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros centros de apoio internacional; papel este que o Brasil tem exercido nos últimos anos. Além da cooperação ou por motivo dela, verifica-se também, nos últimos anos, a inserção do Brasil no cenário internacional, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, buscando fortalecimento e novas parcerias para o desenvolvimento.

Em um lapso de 12 anos, o Brasil passou a ser considerado um dos países mais influentes no cenário internacional. O País vem sendo visto como

um país intermediário, afastando-se das áreas críticas da tensão internacional; dispondo, portanto, de certa manobra e razoável condição para definir suas estratégias internacionais, com o apoio dos países com os quais mantém acordo de relações multilaterais, e de grande poder de barganha e influência nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; o que pode moldar o sistema internacional nos próximos anos.

Por outro lado, desde o início do século XXI, observa-se a primazia dos Estados Unidos cada vez mais reduzida na economia e nas políticas mundiais, pela ocorrência de várias conjecturas das suas jogadas em nível mundial; o aumento de poder econômico e militar da China no cenário internacional; e a afirmação da identidade política da UE. Diante dessas emergências e da desconcentração dos polos políticos e econômicos de relevância global, estão se alterando as bases para a nova configuração no sistema internacional, a partir da qual o Brasil começa a fazer parte.

Outro fato que se destaca é o enfraquecimento de grandes organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc., além da forte divergência política entre as principais potências - velhas e novas - que, de certa forma, reduz a importância desses foros como mais um meio de atuação internacional. O G3 (Brasil, Índia e China) avança em seu processo de consolidação como economia altamente dinâmica e constitui fortemente uma montagem de esquemas de cooperação entre os países em desenvolvimento, mas especificamente com o objeto deste trabalho, os Palop. Outra questão de extrema relevância é a reivindicação de um assento permanente no Conselho de segurança da ONU, que se

transformou em meta prioritária da diplomacia brasileira, embora as negociações relativas ao formato da nova organização, desde o início, tenham ficado restritas às grandes potências participantes das Conferências aliadas.

Nos argumentos de Visentini e Pereira (2008, p. 1-2), a política de

[...] aproximação com o continente africano, os aspectos estratégicos e econômicos são, seguramente, mais importantes. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado, e representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil. [...] A aproximação com o continente africano não visa à obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante. Nesse sentido, a política africana do Brasil apresenta-se dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travaram ou impulsionaram essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

Como se pode observar na citação acima, esse contexto vai oferecer importância ao Brasil no cenário internacional, como corolário de seu fortalecimento econômico e institucional, de sua presença regional cada vez mais consolidada.

Com o crescimento do Brasil no novo contexto da geopolítica mundial, faz-se necessário compreender os nexos entre a inserção internacional e a cooperação multilateral com os países em desenvolvimento - principalmente os da África e os de língua portuguesa. É verdade que não se pode exigir muito e em curto prazo dos países africanos, que, na sua maioria, são recém-independentes (anos 1970) e recém-democratizados (anos 1990), como aconteceu em quase todos os países em desenvolvimento da América Latina (processo pelo qual também passou o Brasil) e do Leste Europeu.

Nos últimos anos, a temática sobre a política externa brasileira e sua inserção no contexto internacional e de cooperação com os países africanos em particular vem sendo tratada a partir da inclusão de vários atores e forças importantes para consolidação e sustentação do aparato

institucional. Questões dessa natureza tornam o processo de relações internacionais mais suscetível à disputa, ao conflito e influência entre os países ou grandes potências com relação ao poder de barganha em nível internacional. A conquista de espaço por parte de alguns países como o Brasil fez com que alguns blocos ou grupos de países se sentissem de fato incluídos e tivessem representadas suas demandas no sistema político internacional.

É importante lembrar que a África tem territórios ainda virgens e adequados aos diversos investimentos de grandes empresas multinacionais - inclusive empresas brasileiras - e, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza, é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração (VICENTINI; PEREIRA, 2008), onde tem presença de grandes potências disputando acesso a matérias-primas (cada vez mais escassas e demandadas) e mão de obra. Desse modo, entende-se que com a mudança da caracterização e configuração do sistema internacional na última década do final do século XX e início deste, o Brasil está se firmando no cenário internacional através da sua influência e condução nas questões de grande relevância (e uma delas é a parceria com os países africanos e lusófonos). Como afirma Ferreira (2009, p. 1), isso se deu justamente “pelas circunstâncias internacionais a esse tipo de iniciativa”.

No final do século passado, precisamente no início dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, novas categorias de análise emergiram com a nova ordem internacional, tendo como pontos de partida a vitória do capitalismo americano e a expansão do liberalismo ocidental, e a globalização como força motriz de novos arranjos, naquilo que Octavio Ianni (1997) chamou de o desafio de se pensar a relação entre o local e global, pois a globalização engendrou uma nova realidade econômica, marcada pelo movimento veloz dos fluxos financeiros. Processa-se a emergência e o enfraquecimento das grandes potências e a desconcentração dos poderes políticos e econômicos de relevância global, que, por sua vez, alteram as bases internacionais, o que favorece a importância e o fortalecimento de alguns países como China, Índia e Brasil no cenário internacional (política, econômica e socialmente).

Neste contexto, percebe-se que o Brasil fortaleceu-se econômica e institucionalmente com sua presença regional consolidada. Porém, o “[...] enfraquecimento dos foros multilaterais como ONU e OMC e a forte divergência política entre as principais potências, velhas e novas, reduzem a importância desses foros como meio de ação internacional do país” (CRUZ; SENNES, 2006, p. 34). Além do mais, o Brasil também avança de maneira constante em relação a sua integração regional, devido às necessidades geradas pelo aumento da integração econômica regional e a disposição estratégica do Brasil e dos países da região de criar uma identidade política sul-americana e internacional, e se consolida regionalmente como líder e coordenador estratégico desse processo de desenvolvimento combinado, o que leva a um forte reflexo da sua presença geopolítica internacional. Juntamente com a Índia e a China, o Brasil também avança em seu processo de consolidação como economia altamente dinâmica e contribui fortemente para a montagem de esquemas de cooperação entre países em desenvolvimento.

Com o reconhecimento da sua importância política nos grandes foros de tomada de decisão da política internacional, como afirmam Cruz e Sennes (2006, p. 35):

[...] gera-se um importante reforço das instituições internacionais e processos decisórios multilaterais, ampliando o espaço para a projeção política e econômica do Brasil. Tanto o histórico do Brasil ante essas instituições como sua consolidação como liderança sul-americana o credenciam para ocupar lugar de destaque nos principais foros internacionais.

A partir da análise acima, pode-se pensar e indagar como essas forças no sistema político internacional podem moldar nos próximos anos o sistema internacional. Para alguns autores isso já é uma realidade e não mais uma evidência. Como lembram Cruz e Sennes (2006, p. 33), diante desse cenário, “[...] a primazia dos Estados Unidos na economia e na política mundiais se vê reduzida, pela ocorrência de um dos eventos a seguir, ou de sua ação conjugada: o aumento do poder econômico e militar da China, e a afirmação da identidade política da União Europeia.”

A hegemonia internacional, antes firmada em bases exclusivamente militares, modificou-se para privilegiar outros elementos não evidenciados por algumas teorias. Ainda nessa linha de raciocínio, Cruz (2010) afirma que a política internacional resulta na sedimentação de posições que os

partidos ou elite governante vêm manifestando diante dos problemas do mundo contemporâneo. Nesse caso, a política externa, diferentemente, constitui uma política de Estado que deve representar o interesse permanente da nação, tal como definido pelas concepções prevalentes na sociedade considerada.

Corroborando a ideia de Ferreira (2009), na lógica de funcionamento da política internacional, a inclusão de novos atores é um passo decisivo na afirmação do multilateralismo. Entretanto, é com a tomada dessa premissa que podemos verificar um aumento recente das relações brasileiras com o continente africano, mais uma relevante ação de cooperação com o Sul estabelecida pela diplomacia brasileira. Sublinho, no entanto, que nem todos vêem essa proximidade positivamente, como é o caso de Amaral (2008). Para ele, o Brasil se encontra a meio caminho entre pobres e ricos, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, e as relações com a África são reflexos da falta de continuidade da política externa brasileira ao longo de décadas, porque a atenção com aquele continente é esporádica e os resultados são questionáveis.

A despeito do discurso diplomático de que o Brasil deve resgatar a integração com a África devido a proximidades históricas, o motivo mais realista e plausível para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo o discurso do governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina. Nestes termos, conforme Ribeiro (2007, p. 9), não se pode negar o fato de que, embora fragilizada, “a política africana ainda mantém vitalidade no plano diplomático brasileiro, adquirindo relevância especial quando consideradas as ações e os discursos realizados pelo [...] governo para o continente africano”. No plano das ações, a política externa brasileira para a África tem sido caracterizada pelo reiterado esforço do Itamaraty na promoção de viagens oficiais do Executivo a países africanos, com vistas à implementação e renovação de projetos bilaterais e do estabelecimento de acordos de cooperação de âmbito multilateral, pelos quais se deduz a possibilidade de abertura e/ou ampliação de novos acordos e mercados, consoante a defesa da própria política desenvolvida pelo Estado brasileiro

junto ao continente africano, desde a década de 1960.

Para melhor entender a política externa brasileira para a África, a seguir, adentra-se em duas correntes teóricas das relações internacionais, para melhor sustentar as evidências: teoria de interdependência e realismo político.

No realismo político, as relações internacionais são determinadas por elementos de segurança e militarização (SENA JÚNIOR, 2003). Diante da complexa conjuntura das relações internacionais no novo cenário acima exposto, o realismo político tem-se revelado insuficiente para explicar os complexos eventos internacionais que dominam a atual conjuntura da geopolítica internacional, uma vez que seus adeptos lidam com a noção de “soma zero” - o benefício total para todos os jogadores, em cada combinação de estratégias do jogo, sempre soma zero; em outras palavras, um jogador se beneficia somente a expensas de outros. Seu mais notório defensor contemporâneo - Hans J. Morgenthau (apud SENNA JÚNIOR, 2003, p. 21) - afirma que “como toda política, a política internacional implica uma luta pelo poder, não importa quais sejam os fins últimos da política internacional: o poder sempre será objetivo imediato”; o que revela toda a crueza desse aporte teórico ao reduzir a política internacional à incessante busca de poder.

A teoria da interdependência busca compreender tanto as raízes políticas do processo de globalização quanto a forma como as suas complexas variáveis de barganha internacional entre os países e Estados (poder, segurança, hegemonia, cooperação, assimetria, escassez) interagem entre si, pois, como afirma Sena Júnior (2003, p. 25), “[...] interdependência implica dependência recíproca e evidencia a idéia de teia de interesses que se interpenetram e, de alguma forma, completam-se.” De acordo com Keone e Nye (apud SENNA JÚNIOR, 2003, p. 25), “Em linguagem comum, dependência significa um estado em que se é determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, em sua definição mais simples, significa dependência mútua.” Em política mundial, interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países.

Hoje, embora o objetivo principal da política internacional gire em torno de segurança militar,

com mudanças de ameaças, mudam também os objetivos e a política volta-se mais para as questões sociais e econômicas do que propriamente para as militares. Atualmente, o mundo se tornou mais complexo e a redução das variáveis que interagem no cenário internacional à mera potência militar já não se justifica. “Muitos exemplos corroboram essa posição, tais como a situação israelense e palestina no Oriente Médio, até hoje tensa, não obstante o poder militar dos judeus e o apoio que estes recebem dos norte-americanos”, e Cuba, “que desafia a supremacia militar e econômica dos Estados Unidos até hoje” (SENA JUNIOR, 2003, p. 30), entre outros.

A aproximação do Brasil com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, com peso ainda baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar os movimentos de internacionalização e de algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento da globalização (VICENTINI, 2009, p. 6).

Para Vicentini e Pereira (2008), toda essa tendência ainda favorável de certa forma não seria possível determinar com precisão quais seriam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, mas é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. “O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo.” Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas bem como a países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações existentes já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, “não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade à diplomacia brasileira” (VICENTINI; PEREIRA, 2008, p. 8).

Além do mais, entende-se que o grande motivo

para essa relação e crescimento da África foram o G-3 e o G-20, que

[...] são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribui para o Renascimento Africano. (VICENTINI; PEREIRA, 2008 p. 5).

Segundo Cruz (2010, p. 105), essa transformação no cenário internacional tem muita importância na projeção internacional da América do Sul, que vem perseguindo estratégias convergentes de inserção internacional autônoma pela via de fortalecimento de processos de integração já existente no continente.

Por outro lado, paralelamente à formação do G-20, a articulação do G-3, realizada pelo governo brasileiro, logo após a reunião do G-8, de 2003, nas primeiras semanas do Governo Lula, constitui-se um fato político de grande impacto.

Além da cooperação técnica e possibilidades de integração de articulação entre países de desenvolvimento similar, estão as questões políticas de reordenamento do sistema internacional pós-Guerra Fria e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil, desde o governo Itamar Franco, passou a trabalhar de forma sistemática pela candidatura brasileira ao Conselho de Segurança. O presidente seguinte, Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, deu continuidade à tarefa, mas numa perspectiva um tanto distinta. Ao levar o Brasil a aderir amplamente à nova agenda internacional da globalização e adotar o modelo vigente de abertura econômica, acreditava que o país estaria sendo qualificado para o posto, e que os cinco membros permanentes reconheceriam a legitimidade brasileira. Foi um pouco de ilusão, pois em política ninguém dá, é preciso conquistar. E para conquistar é necessário ampliar seu poder, e não renunciar a ele, como foi à marca do ex-presidente no plano internacional (VICENTINI, 2009, p. 18).

Diante disso, pode-se perceber algumas diferenças de Lula em relação a FHC, em relação à região.

De forma geral, os temas econômicos e comerciais tiveram, para FHC, prioridade sobre os demais na agenda do Mercosul, enquanto para Lula, o social e o político parecem ter assumido a precedência no processo de integração. Os progressos, em todo caso, tem sido mais proclamados do que efetivos, em vista de dificuldades econômicas persistentes em cada um dos países (ALMEIDA, 2004, n.p.).

Cabe ainda observar, quanto à política externa brasileira de coalizões, que (FERREIRA, 2009, p. 103):

A relevância de acertos nas tomadas de decisões de política externa em um mundo completamente globalizado é fundamental para qualquer nação,

tanto em âmbito externo, devido às projeções internacionais que se pode alcançar, quanto interno, devido à maneira como os impactos desta inserção acometem as suas populações. Como alerta Amaral (2008), a capacidade de se entender o processo global e seu rumo, antecipar decisões e políticas, dar uma resposta adequada às novas realidades, é, em boa medida, o que distingue o êxito do fracasso, a capacidade de liderar ou ser simplesmente objeto destas transformações.

É a partir daqui que se vê a importância do Brasil como um dos principais atores emergentes que vem buscando coalizões dessa natureza visando ao sucesso de iniciativas multilaterais.

Finalizando, cabe mais inquietações do que uma conclusão propriamente dita: será que o fortalecimento de cooperação entre o Brasil e esses países visa ao apoio a uma cadeira permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas como é cogitada? Se isso for verdade, quais são os parceiros com os quais o Brasil pode contar para adquirir o espaço no Conselho das Nações Unidas, tanto na questão geopolítica como na geoeconômica? Mas, além das questões acima indagadas, a grande questão é entender como se processam as relações globais. Pode-se ainda questionar e pensar os fatores de grande destaque nos últimos anos feitos pelo Brasil: a América do Sul, o compromisso com o multilateralismo na construção da paz, uma agenda comercial afirmativa e as parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento seriam os grandes responsáveis pela inserção estratégica do Brasil no cenário internacional? O Brasil está buscando hegemonia ou cooperação? Se for o caso, entende-se que o Brasil não pode somente se conformar com essa inserção na nova ordem mundial, mas sim que ela deva contribuir decisivamente para que um novo tipo de relações no poder internacional possa favorecer ambas as partes.

Compartilhando da opinião de Campos (2010, n.p.), pode-se entender isso como o sentimento de solidariedade baseada no interesse mútuo que “[...] não é apenas um discurso retórico, mas uma necessidade que precisa ser implementada pelos Estados”, enquanto “[...] elemento necessário ao desenvolvimento dos povos e à otimização dos potenciais humanos nos países em desenvolvimento.”

A outra questão que pode ser pensada com relação ao laço de cooperação entre Brasil e Portugal para com os demais países de língua portuguesa é a unificação da ortografia. Será que isso fez parte do jogo estratégico e político desse

processo de difusão internacional da língua portuguesa? Desse modo, entende-se que pode ser que sim, à medida que avança esse processo de transformação e elevação de nível de integração social. Nota-se que em países lusófonos da África a língua portuguesa está ficando cada vez mais evidente, e que ela tenderá a se converter em língua nacional em curto espaço de tempo ●

Nota:

¹ Sobre o desenvolvimento democrático na África, principalmente nos países de língua portuguesa, ver Carvalho (2010).

Referências

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *Projetos: Cooperação Sul-Sul*. 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao_PrestadaOICPLP.asp>. Acesso em: 16 jan. 2011.
- ALMEIDA, P. R. *Uma política externa engajada*. 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- AMARAL, S. Uma política externa para o século XXI. In: DUPAS, G.; LAFER, C.; SILVA, E. L. (Org.). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CAMPOS, D. A. *A África na política externa brasileira*. 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-napolitica-externa-brasileira-por-diego-araujo-campos/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

- CRUZ, S. C. V. *O Brasil no mundo*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CRUZ, S. C. V.; SENNES, R. *O Brasil no mundo. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 29-42, jan.-abr. 2006.
- FERREIRA, W. Política externa do Governo Lula. *Debates*, Porto Alegre. v. 3 n. 1, p.100-125, jan.-jun. 2009.
- IANNI, O. *Teoria da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Poder y Interdependencia*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 1988.
- RIBEIRO, C. O. Política africana do Governo Lula. *Meridiano 47*, Brasília, n. 83, p. 9-11, jun. 2007. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2007/06/30/politica-africana-do-governo-lulaum-ponto-de-inflexao-e-reflexao/>>. Acesso em: 30 dez. 2010.
- SENA JÚNIOR, R. Poder e interdependência. In: RI JÚNIOR, A. D.; OLIVEIRA, O. M. de. *Relações internacionais*. Ijuí: Unijui, 2003.
- VISENTINI, P. F. O G-3 e o G-20. *Nerint*, 2009. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2011.
- VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. *A política africana do Governo Lula*. *Nerint*, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2011.

* Graduado em ciências sociais, mestre em ciência política pela UFPI e doutorando em ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ESCRAVIDÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL: negros da Nação nas obras públicas de Teresina (1850-1871)

Por Genimar M. R. de Carvalho* e Solimar Oliveira Lima**

No decorrer do século XVIII e início do XIX, várias foram as sugestões e tentativas de mudança da capital do Piauí. Situada nos sertões, Oeiras, segundo diferentes argumentos, mostrava-se isolada e desfavorável à comunicação com as demais unidades do território e, sobretudo, com os centros administrativos da colônia e império - Rio de Janeiro e Lisboa, respectivamente. Defendia-se a transferência para a vila de Parnaíba (no litoral), para a vila de São Gonçalo ou Regeneração (às margens do rio Parnaíba, em zona central) ou ainda para a Vila do Poti (na confluência do rio Parnaíba com o rio Poti, na divisa com o Maranhão).

A transferência da capital somente se concretizou quando José Antônio Saraiva assumiu a presidência da Província. Logo após sua posse, em 1850, o então presidente viajou para a localidade que, em sua opinião reunia as melhores condições

para instalação da nova sede, a Vila do Poti, intencionando avaliar pessoalmente o local. Vítima constante das enchentes dos rios e das consequentes epidemias, a Vila do Poti já havia conseguido autorização, através da lei provincial n. 140 de 1842, para transferir-se para local mais seguro. No entanto, anos de invernos menos rigorosos seguiram-se após a aprovação da lei, o que levou à não imediata mudança.

Ao chegar à Vila do Poti, Saraiva percebeu a insalubridade do local e, aproveitando-se da lei de 1842 e da insatisfação dos seus habitantes, articulou, sem demora, a transferência da capital:

Acenaria [Saraiva] aos potienses, a mostrar as vantagens que se lhes oferecia sua futura sede municipal, ao converter-se em metrópole do Piauí, o que bem poderia acontecer, se oferecessem sua solidariedade em busca do objetivo. Com esse argumento que era poderoso estímulo, Saraiva encontraria, na vila castigada, valorosos aliados, e